

**Cultura brasileira e televisão:  
uma trajetória de debates e  
desafios atuais**

**Nara Maria Emanuelli Magalhães**

Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
E-mail: [magalhaes.nara@gmail.com](mailto:magalhaes.nara@gmail.com)

## Resumo

Este é um artigo que lança algumas reflexões ao campo antropológico quanto ao lugar da televisão no debate contemporâneo sobre cultura. Começando com a provocação de um texto que circulou na internet sobre o programa Big Brother, no qual um autor anônimo lamenta a “falta de cultura” no Brasil e se declara triste por “ser brasileiro”, o artigo coteja os resultados de uma pesquisa de etnografia de audiência realizada com pessoas pertencentes a camadas médias de uma cidade de médio porte do interior do Rio Grande do Sul, com um pensamento intelectual brasileiro sobre cultura. Interroga-se sobre a permanência da ideia de inautenticidade e de falta suposta no debate sobre televisão e cultura. Relaciona o ponto de vista dos pesquisados com um debate intelectual sobre o tema, percorrendo alguns momentos considerados emblemáticos em nossa história. Expõe várias concepções de cultura presentes no debate, aliadas a uma consideração monolítica sobre a importância e o lugar social do intelectual e a uma desvalorização recorrente dos meios. Lança uma interrogação: a possível ausência dos meios na descrição das práticas das pessoas pesquisadas, quando o trabalho de campo não aborda diretamente a cultura massiva, pode ser resultado de certa idealização da cultura?

**Palavras-chave:** televisão; estudos de recepção; cultura brasileira; antropologia da mídia.

## Abstract

*This essay suggests some questions regarding the place of television in the contemporary anthropological debates on culture. Starting from the provocation by a text on the Big Brother show, that circulated in the Internet, in which the anonymous author lamented the “lack of culture” in Brazil and declares himself saddened for “being Brazilian”, the essay explores the results of an ethnographic research with middle class TV audiences in a mid-sized city in the interior of the state of Rio Grande do Sul. It reflects upon the continuity of the idea of a lack of authenticity and absence that are presupposed in the intellectual debates about television and culture. Relating the point of view of the research subjects to an intellectual debate on the theme, this essay covers several emblematic moments of our history. It exposes the multiple conceptions of culture present in the debate, allied to a monolithic notion about the importance and the social place of the intellectual and a reoccurring devaluation of the media. It opens a question: can the absence of the media in the descriptions of research subjects’ practices, when fieldwork does not deal directly with mass culture, be the result of a certain idealized notion of culture?*

*Keywords:* television; audience reception studies; Brazilian culture; anthropology of the media.

### Para começo de conversa

**E**m 2002, circulou na internet um texto de autor desconhecido (atribuído a Arnaldo Jabor, que precisou vir a público desmentido-lo), no qual o autor protestava e demonstrava toda sua indignação com a televisão e com o programa Big Brother, de estilo *reality show*. Trata-se de um programa televisivo em que se pode visualizar quase tudo o que as pessoas fazem, as quais ficam confinadas em uma casa cheia de câmeras. Vão acontecendo eliminações semanais de participantes com a ajuda do público, que vota por telefone ou pela internet. O objetivo final dos participantes, além de se tornarem conhecidos do público (com esperanças duvidosas de se tornarem celebridades instantâneas), é ganhar um bom prêmio em dinheiro.<sup>1</sup>

O programa poderia ser (e seguramente é)<sup>2</sup> objeto de uma análise mais apurada, e então algumas pérolas apareceriam sobre as expectativas dos participantes de serem famosos, de terem sucesso no mundo midiático ou de verem abertas as portas de ingresso ao mundo de atores e atrizes televisivos. Poderiam aparecer até mesmo alguns complexos significados: quem sabe o de felicidade como sinônimo de relações com as pessoas certas ou o sorriso e a cordialidade serenos e constantes como sinônimos da conduta esperada para merecer a aceitação de todos e conseqüentemente o prêmio.

Mas não é minha intenção, neste momento, fazer uma análise exaustiva do programa televisivo e da postura dos participantes e do público. Para a finalidade do debate que pretendo propor aqui, gostaria de ressaltar a interpretação fácil e plena de estereótipos sobre o que é “ser brasileiro” que aparecem no texto desse autor desconhecido na rede.

O autor do referido texto protestava por ter sido escolhido como vencedor pelo público um rapaz de nome Kleber, apelidado “Bambam”. Ele trata essa escolha como se fosse a vitória de um Brasil analfabeto, mais músculos que cérebro, sem cultura alguma; e a trata também como se a escolha fosse feita por uma população ignorante, ou nada séria, que não se importa com o “verdadeiro Brasil”. Bambam seria, para ele, um “péssimo exemplo” de brasileiro, já que falava um linguajar cheio de gírias e empregava mal a língua portuguesa, trabalhava fazendo “bicos”, em geral em feiras e praias, além de exercitar diariamente seus músculos. Portanto, não deveria ter sido escolhido, porque não era um “modelo nacional” adequado de brasileiro.

Nas suas palavras: “Triste país este em que pessoas como Kleber viram ídolos. [...]. Apenas por cometerem incontáveis erros de português, são julgados puros”. E mais: “Triste país este que nunca soube votar, que se deixa levar pelas aparências, pela casca, como se conteúdo fosse o que menos importasse...”. E ele conclui: “O ídolo de barro ganhou. É burro, ignorante, não tem cultura. [...] Triste país este. Após a vitória de Kleber, ficou ainda mais triste ser brasileiro” (Faz parrte!!, 2008).

Como se pode ver, nosso autor anônimo é implacável: não perdoa Bambam, o público que votou nele e, por tabela, o país. Podemos até nos perguntar se Bambam pode ser considerado nosso “Macunaíma” moderno ou se tem traços do “homem cordial” de Sérgio Buarque de Holanda. E também se a sua escolha se fez com base mais no afeto do que na racionalidade, pensando mais na *pessoa a premiar* que na *identidade do Brasil* (pois era o que estava sendo votado). Com isso, poderíamos, talvez, fazer uma análise menos apressada do que a do nosso autor desconhecido.

Mas podemos refletir também sobre o significado dessa indignação com um programa televisivo e com um “personagem” construído no jogo, motivando uma crítica que se estende facilmente a toda a população. Se os protestos e as críticas que gera esse tipo de programação televisiva invadem e ocupam nossa vida pública,<sup>3</sup> então retornamos plenamente ao clima do debate que nos soa tão

familiar desde sempre: o que esse autor desconhecido está fazendo, via internet, é recolocar o debate sobre identidade nacional, tomando *um* exemplo de *um* programa da televisão, *uma* escolha do público votante, como representando *toda* nossa *identidade social e cultural*, nossa *brasilidade*, vista como essencialmente negativa. No começo do século XXI, portanto, a discussão sobre identidade nacional continua a pleno vapor (ou a plenos e velozes megabytes) e acontece sem cerimônia diariamente através dos meios e seus intérpretes.

Depois desse longo preâmbulo, que tem a intenção de chamar a atenção para certo “tom” que tem sido dado ao debate público sobre televisão no Brasil, o que eu gostaria de propor neste artigo são algumas questões para refletir com base numa pesquisa sobre o significado da televisão para grupos de camadas médias realizada em uma cidade de médio porte do interior do Rio Grande do Sul, Brasil.<sup>4</sup>

Compartilhando preocupações com a centralidade crescente dos meios na sociedade contemporânea e sua relativa invisibilidade em estudos antropológicos,<sup>5</sup> tentarei aqui abordar algumas questões que nos permitam refletir sobre essa aparente desproporção.

Podemos começar por algumas décadas atrás e refletir sobre o modo como se dava a discussão sobre “o cultural” no Brasil, sobre cultura brasileira e sobre identidade nacional. Com isso, poderemos perceber que a ideia da “falta de cultura” tem raízes bem mais antigas do que essa que aparece no debate sobre televisão e é até mesmo anterior a ela.

### **Os debates sobre cultura e inautenticidade**

Há toda uma trajetória do debate sobre cultura no Brasil que tem sido largamente estudada e analisada. Refiro-me aos precursores das ciências sociais do final do século XIX; às análises sobre a Semana de Arte Moderna, de 1922; aos escritos de Gilberto Freyre, em 1930; às reflexões sobre nacionalismo, a partir da década de 1950; bem como aos debates dos intelectuais do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), do Centro Popular de Cultura (CPC) da União Nacional dos Estudantes (UNE) e também do Centro Brasilei-

ro de Análise e Planajamento (Cebrap) que se prolongaram dos anos 1960 aos anos 1970 e permaneceram como referência nos anos 1980.<sup>6</sup> Para as finalidades dessa reflexão, não poderia me deter exaustivamente em cada um desses períodos neste momento, mas espero demonstrar a importância de retomá-los brevemente aqui. Os estudiosos do tema salientaram que as relações entre metrópole e colônia, os dilemas a respeito da existência ou inexistência de cultura nos trópicos, eram permanentes. O debate sobre cultura por aqui sempre esteve mais ou menos ligado à ideia de inautenticidade. O destaque neste artigo será o de buscar reconstruir um debate sobre concepções de cultura e de nacional nas análises e também um lugar social do intelectual nesse debate, tentando relacioná-lo com o debate sobre os meios. O que se deseja aqui é encontrar perguntas novas para um assunto já tão debatido.

As discussões sobre identidade nacional têm como referência inicial os escritos de Silvio Romero, Nina Rodrigues, Euclides da Cunha, no final do século XIX. Considerados os precursores das ciências sociais no Brasil, eles escrevem buscando respostas para questões como: que país é este? É possível considerá-lo uma nação? E a essa nação corresponderia uma cultura? Para esses intelectuais, era uma nação que não queria mais ser “cópia” da metrópole. Mas a cultura europeia permanecia como padrão, a cultura brasileira era vista como parte integrante daquela, não se reconhecendo nenhuma especificidade nela – ou aquilo que poderia ser considerado específico foi tratado como “deturpação” ou “deformação”. Os atributos produtivos, criativos e dinâmicos eram atribuídos aos sábios, considerados portadores de uma cultura universal, enquanto a falta de inventividade e de criatividade, apenas o registro e a conservação, era atribuída ao povo, que seria o detentor de uma cultura inferior e particularista. A construção da identidade nacional se dava buscando superar esse descompasso: apontar as causas do atraso brasileiro e superá-lo, dotá-lo de uma cultura após um processo de branqueamento da população, com vistas a constituir uma nação<sup>7</sup> (Ortiz, 1985).

Nos anos 1930, a obra de Gilberto Freyre representará um marco de ruptura com essa visão sobre o brasileiro; será um elogio da

inventividade, da criatividade, da malícia, próprias da gente daqui e explicadas pela mistura, pela mestiçagem, que, pela primeira vez, será vista como positiva. Mas seu olhar sobre o Brasil é construído do ponto de vista da casa-grande, deitado na rede do alpendre (Reis, 2002, p. 65), portanto do ponto de vista das elites. E desse ponto de vista vai colocar para o resto do mundo o Brasil como vitorioso, como uma experiência bem-sucedida de convívio entre diferentes raças, de “democracia racial”.<sup>8</sup>

Sérgio Buarque de Holanda escreve também nessa época, com uma perspectiva diferente de Freyre. Seu objetivo já era, ao contrário, verificar os entraves à modernização do país, que ele identificava como tendo raízes na colonização portuguesa. Para ele, nosso mal não seria a miscigenação, mas a herança portuguesa. Nossa cultura, ou seja, nossas instituições, ideias, formas de convívio, teria vindo de outro lugar e não teria se adaptado aos trópicos. A colonização teria sido feita de forma não racional, com abandono e desleixo, “apesar de seus autores”.

Uma sociedade que se urbaniza e acelera o processo de industrialização, conectada com a crise mundial do capitalismo de 1929, vive internamente grandes ebulições. É a partir da década de 1930 que o rádio cresce no Brasil, através da publicidade de mercadorias e serviços, e vai se tornar hegemônico até 1950, quando será superado pela televisão. É um período de formação da indústria cultural no Brasil: a primeira indústria fonográfica é de 1902, em 1923 foi fundada a primeira emissora de rádio, a Rádio Sociedade, e no ano seguinte a Rádio Clube do Brasil. Getúlio Vargas percebeu a importância desse novo meio de comunicação de massa e foi o primeiro político latino-americano a se valer dele como instrumento de propaganda. Primeiramente pensado como instrumento de difusão, logo foi visto como oportunidade de controlar e construir a Nação. Com esse intuito é criado o programa radiofônico *A Hora do Brasil*, programa que todas as emissoras eram obrigadas a transmitir, num horário em que se supunha que a maioria da população estivesse em casa.<sup>9</sup>

Vemos, portanto, que, desde o início de um Brasil urbano, essa postura do Estado na busca de uma homogeneidade definidora do

que é “ser brasileiro” estava presente, acompanhada de medidas de força, com políticas claramente intervencionistas, e muito ligada a um desenvolvimento da indústria cultural, instrumentalizada a serviço daquele objetivo. O governo e gradativamente o Estado, através das instituições, tomavam para si um debate sobre cultura brasileira e traduziam-no em termos de um projeto de construção de uma identidade nacional (tarefa que vai se intensificar mais tarde, nos anos 1960), buscando uma “especificidade” nessa cultura, com a intenção de angariar o apoio da população para seus projetos políticos, não totalmente revelados.

O movimento modernista de 1922 já tinha sido um marco para a valorização de uma especificidade da cultura brasileira, da valorização de traços considerados nacionais, mas numa outra direção, numa postura contestadora e irreverente. Apesar da apregoada revalorização da cultura brasileira, autores como Pereira de Queiroz (1980, p. 60) identificavam a persistência sutil de um preconceito eurocêntrico e intelectualista entre os modernistas: o brasileiro era representado por Macunaíma, herói multiétnico e por isso mesmo “sem caráter”; a sociedade brasileira, com sua civilização pluricultural, era “surrealista”. Enquanto isso, para outros autores, como Ortiz (1988, p. 35), o Modernismo é “uma idéia fora do lugar que se expressa como projeto”. Mesmo com as contradições ideológicas do movimento, o autor identifica um terreno comum que é a ideia de modernidade aliada à de nacionalidade, presente em várias esferas de nossa vida social.

Podemos perceber que as ideias se alternam: ora é valorizada a Europa como símbolo exclusivo de civilização, um exemplo a ser implantado à custa do branqueamento dos trópicos, ora o projeto de “civilização tropical” modernista parece se realizar com a “democracia racial” freyriana, exemplo para o mundo, inclusive para os norte-americanos. Ora é vista como surreal, impossível de se realizar ou a se realizar num futuro próximo, ora é vista como algo a ser construído por um grupo no poder e oferecido à população. E a relação elite e povo, metrópole e colônia, permanece oscilante entre a negatividade e a positividade: se o analista adota o olhar das elites, pode ver um

povo atrasado, indolente ou um exemplo de cordialidade e criatividade; ou ainda, ver o brasileiro como alguém inferior que é preciso proteger, falar por ele, definir por ele o que é cultura e levá-la até ele. Seria preciso salvá-lo, em primeiro lugar, de seu atraso e trazer a ele a civilização. Se o analista adota o ponto de vista do povo, pode vê-lo como combativo, corajoso, desbravador dos sertões; ou vê-lo como autêntico, peculiar. Mas é um povo não racional, “conduzido” facilmente pelos poderosos.

Já aparece, surpreendentemente, a familiaridade com o debate de hoje sobre os meios de comunicação e seu poder; sobre a “falta de cultura” de imensas parcelas da população, que precisariam primeiramente ter acesso a ela (em geral através do acesso ao saber letrado, intelectual) para depois as produções e as mensagens televisivas serem entendidas e criticadas.

Nos anos 1950 e 1960 houve uma reviravolta no debate sobre a cultura brasileira: “não há uma cultura nacional”, dizem os intelectuais, responsáveis eles mesmos por esse diagnóstico e considerados os mentores culturais da sociedade. Vigoravam, então, as ideias nacionalistas, e a “fabricação” de uma cultura brasileira era vista como libertação. Um grupo de intelectuais, entre eles os membros do ISEB, viam-se como os encarregados de pensar para os demais. Diante do passado colonial e da dependência econômica presente, chegavam à conclusão de que não havia uma cultura específica. Seriam eles os encarregados de buscar o que havia de significativo na vida nacional e esclarecer as camadas superiores e inferiores a respeito, propondo-se a construção de uma “visão de mundo” brasileira (Pereira de Queiroz, 1980, p. 60-63).

Ainda que reconhecendo a validade da crítica da época à ideia de nação, que encobriria as diferenças de classe, Ortiz (1985, p. 46) identifica um papel de vanguarda no grupo do ISEB: “Penso que não seria exagero considerar o ISEB como matriz de um tipo de pensamento que baliza a discussão cultural dos anos 60 até hoje”.<sup>10</sup> A novidade representada pelo pensamento do ISEB seria ter transformado o conceito de cultura, tomá-lo menos num sentido antropológico e mais num sentido sociológico e filosófico, e ainda considerar o

domínio da cultura como elemento de transformação socioeconômica (Ortiz, 1985). Mesmo que tivessem pretensão de oficialidade, isto é, de suas teorias servirem como ideologia reformista da classe dirigente que procurava modernizar o país, o Golpe de 64 acabou com essas pretensões, encerrando autoritariamente as atividades do grupo. Com isso, a ideologia produzida pelas teorias isebianas teria pouco a pouco conquistado setores progressistas e de esquerda.<sup>11</sup>

A ideia que se prolongou pelos anos 1960 era a da inexistência de uma cultura nacional, tanto da cultura erudita como de uma cultura popular. A mudança em relação a períodos anteriores era a de que a cultura não era mais considerada *visão de mundo*, mas *instrumento de ação* (Ortiz, 1985). Com a ideia de alienação, entretanto, apesar do reconhecimento de que havia diferenças entre a cultura das camadas superiores e a das camadas inferiores, persistia a concepção de que ambas as culturas eram falsas. Assim, a ideia de inautenticidade chegou pela primeira vez às classes populares. Essa foi considerada portadora de uma falsa cultura devido à “alienação”, enquanto a cultura da classe dominante permaneceu vinculada à ideia de “importação” de valores externos, presente na discussão desde o Brasil colônia e considerada também inautêntica (Pereira de Queiroz, 1980, p. 62-63).

Nesse período, os intelectuais pretendiam pensar um projeto de cultura nacional, queriam contribuir para a construção de uma identidade nacional mais ou menos “oficial”. É o que Oliven (1986, p. 41-42) esclarece: “[...] no pós-guerra, mais especificamente de 1946 a 1964, a questão nacional é retomada com intensos debates dos quais o ISEB e o CPC seriam exemplos eloqüentes”. E o autor prossegue: “Nessa época, uma das acusações que pairavam em relação a nossos intelectuais era a de que seriam colonizados e que contribuíam para criar uma cultura alienada, resultado de nossa situação de dependência” (*Ibid*).

No período seguinte, essas ideias podem ser encontradas em grupos diversos, tanto entre intelectuais alinhados com o governo militar, empenhados em pensar um projeto de cultura para o Brasil, quanto entre os seus mais ferrenhos opositores.

## **E a televisão entra em cena**

As características específicas da ditadura brasileira, de querer desenvolver o país mesmo sob os anos de ferro, com uma ideologia de construção de uma identidade nacional que apagassem as diferenças (e escondesse o que se fazia nos porões da repressão) e não hesitando em incentivar a promoção de uma “cultura nacional”, trouxeram algumas características controvertidas ao debate sobre a cultura nacional.

É nesse período que a Globo vai firmar sua posição. Apesar de o Grupo Marinho ter obtido do Governo Kubitschek nos anos 1950 uma concessão de canal de televisão, ele só foi ativado mais tarde. É de 1962 o acordo do Grupo Marinho com o grupo americano Time-Life, que possibilita a modernização tecnológica. Mesmo com a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) em 1966 para investigar esse tipo de associação, ela aconteceu, favorecida pelas diretrizes econômicas e políticas do governo militar – que, por um lado, estimulavam a entrada de tecnologia e capital estrangeiros e, por outro, propunham um plano de integração nacional (Ortiz, Borelli e Ramos, 1989).

No período mais feroz da ditadura, enquanto a Globo se expandia com todo apoio do governo militar, os intelectuais, divididos quanto às suas concepções de cultura popular e dominante, cultura nacional como utopia ou modernização, dependência e desenvolvimento, e ligados direta ou indiretamente aos debates do Partido Comunista Brasileiro (PCB), do ISEB e do Cebrap (entre outros grupos), eram considerados os “porta-vozes” da população, não hesitando em denunciar as tentativas de enganação, a censura etc. Alguns escreviam em jornais que se tornaram símbolos de resistência à ditadura, como os semanários *Opinião* e *Movimento*. Entre o final dos anos 1970 e início de 1980, com a abertura política, muitos intelectuais foram para os meios de comunicação de massa: para a televisão, os jornais e os rádios, e também para o teatro e o cinema.<sup>12</sup>

Mesmo durante esse período de cerceamento das liberdades individuais, havia um contraste entre ideias consideradas avançadas, progressistas e de contestação e a realidade do regime autoritário.

Esse contraste se dava tanto pela defesa por parte do Estado de algumas ideias pseudoprogressistas, visando legitimar uma política cultural, quanto por parte das camadas médias: “[...] apesar da ditadura de direita existe uma relativa hegemonia cultural de esquerda dentro do país” (Sorj, 2001, p. 26). Essa hegemonia existia no interior de alguns grupos que o autor considera como de “produção ideológica” (e que podemos considerar integrantes das camadas médias): estudantes, artistas, jornalistas. Havia uma espécie de convívio pacífico entre opostos, talvez porque os militares consideravam as críticas inofensivas ou o saber acadêmico muito distante da possibilidade de se colocar em prática: “e os intelectuais se encontravam isolados tanto do poder como do povo” (Sorj, 2001, p. 26).

Se tomarmos esse período complexo de nossa vida social em algumas grandes linhas, vemos que as considerações a respeito do papel dos intelectuais na sociedade, na elaboração de projetos teóricos para explicá-la, pensá-la e mudá-la, acabam convergindo em alguns pontos, mesmo com divergências ideológicas e conceituais profundas entre os grupos. A convicção a respeito da superioridade do *lugar social* do intelectual permeia todo debate. É um *lugar especial* que permite uma *visibilidade* dos problemas sociais considerada inacessível a outros. Os intelectuais são vistos como *portadores do saber* (no singular), como *formuladores de pensamentos* que se espalham e se *difundem* por toda a sociedade.

Note-se que esse imaginário a respeito de como se criam ideias, pensamentos ou valores novos na sociedade não considera as possibilidades de esses serem formados numa perspectiva dialógica, por diferentes sujeitos, com distintas experiências, por exemplo, em movimentos sociais. *Um pensamento sobre o pensamento* que se faz desse modo é facilmente transposto para o debate sobre os meios, considerando-os responsáveis pela criação de valores e sua difusão na sociedade.

No período da ditadura, o lugar de onde o intelectual emitia o seu discurso era considerado um dos poucos lugares confiáveis, que conferiam uma “aura de credibilidade” ao seu emissor. No próprio conteúdo do discurso intelectual estavam presentes as noções de

“fato” e “verdade”, considerados possíveis de serem acessados, desde que da perspectiva política correta. Ambas as valorizações – do lugar social de onde sai o discurso e do conteúdo de verdade desse discurso (oposto a outro enganador, que oculta fatos e a verdade) – permanecem valorizadas ainda hoje. Descobrir os fatos e a verdade e desvendá-la, revelando-a para a sociedade, era a tarefa intelectual por excelência durante a ditadura. As barreiras encontradas para isso eram a polícia, o autoritarismo, a censura. Então, um trabalho valorizado injustamente era impedido de ser conhecido de uma maioria.

Os intelectuais ocupavam um lugar social especial e, conseqüentemente, o seu tipo de saber era considerado especial: supunha-se que os intelectuais eram os portadores da verdadeira cultura, como se supunha que eles eram os portadores da “verdade” na época de uma sociedade pressionada pela ditadura.

É provavelmente essa ideia sobre o lugar social especial do intelectual (que tem raízes já no nacionalismo dos anos 1950 e se solidifica durante e depois dos 1960), combinada a uma visão de que não há uma cultura brasileira (essa onipresente no debate desde o início de um Brasil brasileiro), que vai resultar no tipo de discussão destacada aqui.<sup>13</sup> Esse imaginário está presente no modo como se pensa a relação entre cultura e televisão no Brasil.

### **Um hiato no debate, e de volta ao começo**

O texto do nosso autor desconhecido sobre Bambam, destacado no início, ilustra bem o que vai acontecer dos anos 1980 até a virada do século XX para o XXI: parece que os meios de comunicação e seus intérpretes tomam para si uma tarefa que os intelectuais em décadas anteriores consideravam-na sua.<sup>14</sup>

É que a discussão dos anos 1980 é feita em reação à concepção de “cultura alienada” das décadas anteriores. Mas, no meu entender, ela vai se descolar dos rumos que vinha tomando. No debate intelectual, não se fará mais uma discussão que relacione cultura e nacional, ou dominantes e dominados, em termos de classes sociais, alienação ou conscientização. Com a discussão sobre globalização e o conseqüente questionamento aos limites da Nação, o debate sobre

cultura brasileira e identidade nacional ficará um tempo em suspenso. *Cultura* no debate intelectual será considerada *plural*.

Assim, a discussão sobre identidade nacional não se fará predominantemente no mundo acadêmico, como os autores que trabalhavam com a temática visualizavam; ela tornar-se-á pública. O imaginário das décadas anteriores estará presente no debate sobre os meios, mas essas conexões se tornam invisíveis.

É também nesse período que as observações dos antropólogos que discutem a problemática da identidade nacional incluem cada vez mais referências à indústria cultural, à influência dos meios de comunicação de massa e à necessidade de estudos que os contemplem (Oliven, 1986; Pereira de Queiroz, 1980).

Significativamente, é nesses anos 1980 que surgem os estudos de recepção da mensagem – da literatura, dos meios de comunicação de massa, das obras artísticas etc.<sup>15</sup> –, que, no entanto, não conseguem adentrar o mar de ideias sobre *autenticidade nacional, cultura alienada e civilização* que circulam por toda nossa vida social: estão no cinema e nos debates sobre ele, nos livros, nas escolas e nas ruas, nas praças e nos botequins. Os estudos de recepção permanecem como que ilhados por serem considerados fora do campo das relações de poder (mesmo que as levem em conta) e por serem considerados estudos não suficientemente críticos e até elogiosos dos meios.<sup>16</sup>

A discussão sobre cultura em termos instrumentais como meio de ação permaneceu sendo a tônica dos estudos e debates (científicos e coloquiais): uma parte dos cientistas sociais continuou a aplicar essa concepção de cultura no debate sobre os meios; outra parte dedicou-se a estudar cultura de modo mais amplo, distanciando-se desse campo de estudos (ou considerando-o menor ou tratando-o como “discussão de mercado”, na ótica da indústria cultural se reproduzindo e sobre a qual parece não haver muito a fazer além de denunciar).

De todo modo, o campo de discussões sobre os meios de comunicação de massa parecia permanecer dividido: por um lado, as discussões sobre cultura levando em consideração as relações de poder e supondo que os estudos de recepção não o faziam; por outro lado,

as análises sobre cultura em geral, de modo mais amplo e abstrato do que a presença da indústria cultural, ignorando-a ou colocando-a dentro dessa concepção de cultura mais abstrata. Por um lado, então, a divisão se dava entre os que estudavam a indústria cultural em termos de dominação e os que tentavam demonstrar que essa dominação não se fazia de modo tão avassalador, mas não conseguia se posicionar claramente na crítica aos meios. E, por outro lado, estavam os estudiosos da cultura, que ignoravam (ou desejavam ignorar) a influência dos meios na discussão sobre o cultural.

No debate estão presentes várias concepções de cultura: desde concepções instrumentais do ponto de vista político ou econômico, até concepções mais amplas e abstratas. Enquanto isso, a postura do intelectual, o seu *lugar social*, aparece no debate como o único lugar confiável.

### **Considerações finais**

No Brasil, as ideias foram consideradas fora do lugar em vários períodos de nossa história; houve também uma oscilação quanto à valorização de uma especificidade não só do cultural, mas do nacional. Se nos anos 1922 e 1930 houve tentativas de valorização de uma cultura própria daqui, em todos os outros períodos de nossa história, inclusive desde os anos 1960, parece que, apesar das tentativas de construção ou de valorização do *nacional*, permaneceu a definição do cultural (que foi visto como instrumento para lhe dar suporte) pela “falta” ou pelo atraso. Parece que, na discussão sobre a democratização dos meios de comunicação de massa, essa oscilação valorativa entre a positividade e a negatividade se expressa novamente, hoje exacerbada. O desenvolvimento das comunicações, das invenções constantes nessa área, das novas tecnologias e da popularização do consumo de aparelhos de televisão (Borelli e Priolli, 2000), aliado a uma concepção de Brasil mergulhado no “atraso cultural”, tornou dramática a discussão, que produziu no imaginário local uma inversão simbólica.

Quando se critica a televisão e se preocupa com seu poder negativo sobre imensas camadas da população, em vez de se responsa-

bilizarem as elites pelo atraso e pelos problemas brasileiros, prefere-se responsabilizar as camadas populares, que são consideradas “sem cultura” (isto é, sem “cultura suficiente para...”,<sup>17</sup> sem enciclopédia,<sup>18</sup> preparo ou conhecimento técnico adequado). Nesse momento, nega-se a “modernidade” ao Brasil em nome de sua população atrasada, analfabeta, que precisa “ser salva”. Nesse momento, ecoam fortes as vozes dos teóricos do século XIX, ainda que sem explicitar a ênfase na questão racial que eles deram. Agora o acento parece repousar mais na condição de classe (mesmo com toda discussão sobre novas identidades,<sup>19</sup> atravessamentos, recortes diferentes do pertencimento à classe, ela permanece como *valor* nas práticas cotidianas). Não podemos ainda ser considerados modernos enquanto não proporcionarmos à população de excluídos o acesso à “cultura que eles precisam ter”... A ideia de uma TV moderna demais para uma população nada moderna torna-se perversa nesse contexto e talvez precise ser cotejada com as afirmações de Latour (2005) para concluir que essa modernidade ocidental nunca alcançada talvez nunca tenha estado lá.

A inversão simbólica é percebida, alternativamente, quando as camadas populares são consideradas como possuidoras de uma cultura autêntica, a “verdadeira cultura”, em contraposição à cultura de massa, paralela à indústria cultural. Nega-se a modernidade desta vez para que a pureza da cultura popular permaneça sem contaminar-se e para reafirmar a ilegitimidade da construção da mensagem televisiva. Desse modo, constrói-se a invisibilidade da prática cotidiana de ver televisão, considerando uma espontaneidade e singularidade que precisam ser constantemente construídas e reafirmadas, como a busca de um paraíso perdido.

A mensagem televisiva sobre o Brasil é negativa: o Brasil da TV é um Brasil do samba, do carnaval, do futebol, da corrupção política, da devastação ambiental, da aventura dos transgênicos; um Brasil que “não pode ser levado a sério e não se sabe se tem jeito”. A mensagem televisiva não é considerada cultura porque seus programas populares são vulgares, indignos de serem vistos. E (poderíamos supor) também porque constrói um conhecimento considerado ilegítimo, falso.

Nesse contexto, os meios de comunicação de massa ainda têm a pretensão de apreender a “cultura brasileira” e expressá-la em sua programação. Com isso a ideia de inautenticidade se mantém, pois os meios não são considerados legítimos para fazer essa construção. As críticas a essa pretensão e a visão negativa sobre televisão parecem ser uma das poucas unanimidades contemporâneas compartilhadas tanto por produtores da mensagem televisiva quanto por receptores e por intelectuais, de dentro e de fora do campo da comunicação. Considera-se, então, que há uma *falta na cultura brasileira*, e isso aparece no debate atual sobre os meios de comunicação de massa. A discussão tem ecos, como percebemos, em todo debate sobre cultura no Brasil e sobre brasilidade.

Não é outro o protesto de nosso autor desconhecido sobre a vitória de Bambam. Mas ele desconsidera que não precisamos concordar com os conteúdos do programa do tipo *reality show* referido, ou com a postura (e ideologia) dos participantes, ou mesmo deixar de perceber a intenção de obter grande audiência e lucros por parte da emissora televisiva, para reconhecer que esse é um terreno fértil para geração de outros estereótipos, ainda que nem sempre intencionais.

Que ideias de sociedade e de cultura brasileira estão por trás dessa crítica? Parece que, com todas as mudanças e complexidades, o Brasil continua sendo visto como atrasado, dividido entre letrados e iletrados, com uma televisão moderna demais para uma população nada moderna e atormentado com a ideia de inautenticidade cultural e falta de seriedade para definir-se, precisando da visão intelectual para chegar a uma tradução correta.

Na comparação das concepções de *falta de cultura* encontradas na pesquisa referida com as teorias, a intenção foi destacar algumas concepções de cultura subjacentes ao debate sobre os meios, perguntando os motivos de eles se tornarem invisíveis nos relatos oficiais de trabalhos de campo. E isso nos leva a novas perguntas: será que a ideia de que o melhor é estudar a cultura “pura”, sem contaminação da indústria cultural, pode significar que no trabalho de campo a televisão está ligada, mas não aparece no texto escrito? Ou ela é desligada para a realização das várias interações – entrevistas,

conversas, gravações de depoimentos? Ou ela serve de mediadora para abordagem de algum assunto mais delicado?

No caso de admitirmos certa invisibilidade, que concepções de cultura embasam-na? Se entre as (in)definições antropológicas de cultura(s)<sup>20</sup> há espaço para noções como gestos e fazeres cotidianos, e significações construídas coletivamente sobre eles, qual o lugar da televisão nesses fazeres cotidianos e nessas definições?<sup>21</sup>

Parece que outro motivo de a crítica negativa à televisão permanecer é a vontade de continuar discutindo sempre “quem somos nós?”. É a identidade nacional e cultural que está sendo discutida através dessa crítica, agora mais atual do que nunca, e de novo com base nos mesmos valores. Essa crítica ao Brasil é realizada em muitos outros contextos de nossa vida social e é bem mais geral em nossa sociedade. Refletir sobre ela pode contribuir para que a crítica à televisão se dê em outras bases.

## Referências

BARCELLOS, Daisy M. 1996. *Família e ascensão social de negros em Porto Alegre*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.

\_\_\_\_\_. Violência racial e ofensa social: o ódio do outro e sua desqualificação. In: FONSECA, Claudia et al. *Antropologia, diversidade e direitos humanos: diálogos interdisciplinares*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004.

BEYLOT, Pierre. O pseudo ao vivo no *reality show*. *Cadernos de Antropologia e Imagem* – NAI, Rio de Janeiro: UERJ, n.1, p. 53-60, 1995.

BORELLI, Silvia H. S.; PRIOLLI, Gabriel. *A deusa ferida: por que a Rede Globo não é mais a campeã absoluta de audiência*. São Paulo: Summus, 2000.

ECO, Umberto. *Viagem na irrealidade cotidiana*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

FAZ parrte!! Disponível em: <<http://forum.valinor.com.br/archive/index.php/t-294.html>>. Acesso em: 04 maio 2008. Texto atribuído a Arnaldo Jabor.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. O dispositivo pedagógico da mídia: modos de educar na (e pela) TV. *Educação e Pesquisa*, v. 28, n. 1, p. 151-162, jan./jun. 2002.

- GEERTZ, Clifford. Os usos da diversidade. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 5, n. 10, p. 13-34, maio 1999.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.
- HAMBURGER, Esther. Política e novela. In: BUCCI, Eugênio. *A TV aos 50: criticando a televisão brasileira no seu cinquentenário*. São Paulo: Perseu Abramo, 2000. p. 25-47.
- KUPER, Adam. *Cultura: a visão dos antropólogos*. Tradução de Mirtes Frange de Oliveira. Bauru, SP: EDUSC, 2002.
- LATOURETTE, Bruno. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Tradução de Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2005.
- LEAL, Ondina Fachel. *A leitura social da novela das oito*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- LEITE, Ilka Boaventura (Org.). *Negros no Sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade*. Ilha de Santa Catarina, SC: Letras Contemporâneas, 1996.
- MAGALHÃES, Nara. 2004. *Televisão, uma vilã na sociedade contemporânea: um estudo sobre os modos de ver (a) TV de pessoas pertencentes a grupos de camadas médias*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.
- \_\_\_\_\_. Reflexões sobre televisão e a “falta de cultura” no Brasil. *Em Questão*, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 109-129, jan./jun. 2006.
- \_\_\_\_\_. *Eu vi um Brasil na TV: televisão e cultura em perspectivas antropológicas*. Santa Maria, RS: Ed. UFSM, 2008.
- OLIVEN, Ruben. As metamorfoses da cultura brasileira. In: \_\_\_\_\_. *Violência e cultura no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986. p. 61-73.
- ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- \_\_\_\_\_. *A moderna tradição brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- ORTIZ, Renato; BORELLI, Silvia H. S.; RAMOS, José Mario. *Telenovela, história e produção*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Izaura. Cientistas sociais e o autoconhecimento da cultura brasileira através do tempo. *Cadernos CERU*, n. 13, 1980.
- RAMOS, José Mario Ortiz. *Televisão, publicidade e cultura de massa*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

Nara Maria Emanuelli Magalhães

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002.

SAHLINS, Marshall. O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um objeto em via de extinção (Parte I). *Mana: Estudos de Antropologia Social*, v. 3, n. 1, p. 41-73, 1997.

SORJ, Bernardo. *A construção intelectual do Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

### Notas:

- <sup>1</sup> Na época, 500 mil reais, valor que equivalia a aproximadamente 170 mil dólares em 2004. As versões seguintes do programa já ofereciam um prêmio de um milhão de reais, mas não ofereceram nunca um milhão de dólares, como seus similares em outros países.
- <sup>2</sup> E existem análises muito interessantes a respeito, como é o caso de “O pseudo ao vivo no *reality show*”, de Beylot (1995). Esses programas também “ensinam”, e não só as posturas esperadas para quem deseja entrar no mundo da televisão. Sobre a proposta de analisar a mídia como dispositivo pedagógico, ver Fischer (2002).
- <sup>3</sup> Esther Hamburger (2000) aborda de modo instigante o debate que se instala entre parlamentares e jornalistas, em discursos na Câmara e no Senado, em artigos de jornais como *Folha de S. Paulo*, *Zero Hora*, *Jornal da Tarde* etc. a respeito de um personagem da novela das oito – “O Rei do Gado” –, mostrando que a novela é tratada no Brasil como parte importante do “mundo público”.
- <sup>4</sup> A pesquisa resultou em minha tese de doutorado – *Televisão, uma vilã na sociedade contemporânea: um estudo sobre modos de ver (a) TV de pessoas pertencentes a camadas médias* –, concluída junto ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, na Universidade Federal de Santa Catarina, em abril de 2004.
- <sup>5</sup> O debate sobre a relativa invisibilidade da televisão no trabalho antropológico, sobre a centralidade dos meios na cultura contemporânea e sobre a reafirmação da pluralidade de interpretações das produções midiáticas tem sido a tônica de discussões realizadas em conjunto com Sergio Caggiano, Isabel Travancas e Sônia Maluf, entre outros. Também tem sido realizado de modo profícuo junto ao Núcleo de Antropologia e Cidadania (NACi), do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, durante a realização de pós-doutorado.
- <sup>6</sup> Os autores que constituem referência neste debate são, entre outros, Roberto Da Matta, Renato Ortiz, Ruben Oliven, Gilberto Velho e Maria Izaura Pereira de Queiroz. Ver análise detalhada de cada um desses períodos em Magalhães (2004).
- <sup>7</sup> As ideias esboçadas neste parágrafo são debatidas com profundidade em Pereira de Queiroz (1980, p. 57-59) e também em Ortiz (1985).
- <sup>8</sup> Esta ideia, que na época representou um alívio para as elites, vai se revelar depois uma herança nefasta e refletir-se-á na luta pelo fim da invisibilidade da questão racial no Brasil. Ver, por exemplo, Leite (1996) e Barcellos (1996, 2004).
- <sup>9</sup> Estes dados a respeito do desenvolvimento do rádio e da televisão no Brasil e o papel do Estado em sua implementação encontram-se em Oliven (1986, p. 49-51).

- <sup>10</sup> Esta afirmação de Ortiz (1985) a respeito do ISEB é importante porque, mesmo sem a ideia de vanguarda da época, esse tipo de pensamento estará presente na discussão sobre os meios desde os anos 1980 até o início do século XXI.
- <sup>11</sup> Ortiz (1985) destaca as relações de Paulo Freire e Carlos Estevam Martins com o ISEB para demonstrar essa guinada progressista.
- <sup>12</sup> Essa inserção não se deu sem conflitos e pode ser mais bem compreendida com as análises de Ortiz (1985), Ramos (1995) e Sorj (2001).
- <sup>13</sup> A análise sobre o imaginário de “falta de cultura” no Brasil, em contextos de debates sobre a televisão, encontra-se em Magalhães (2006).
- <sup>14</sup> Ou talvez alguns dos intelectuais herdeiros deste debate tenham ido para os bastidores da produção dos meios, como ressaltava Ortiz (1988).
- <sup>15</sup> Por exemplo, Leal (1986) e Ortiz, Borelli e Ramos (1989).
- <sup>16</sup> Ver em Magalhães (2004) debate sobre a suposição de ausência das relações de poder nos estudos de recepção.
- <sup>17</sup> Como expressam os depoimentos das pessoas pesquisadas. Ver análise a respeito em Magalhães (2004, 2008).
- <sup>18</sup> Termo utilizado por Umberto Eco (1984) para referir-se ao leitor que consegue ler e interpretar um autor numa perspectiva semelhante àquela que motivou a escrita.
- <sup>19</sup> Para uma análise sobre as identidades contemporâneas e a problematização das noções de “fragmentação”, bem como sobre as motivações e as bases teóricas para considerá-las numa perspectiva de pluralidade, ver Hall (1998).
- <sup>20</sup> Em diferentes obras do campo, há referências constantes aos grandes debates em torno das imprecisões do conceito, a ponto de alguns proporem até mesmo abandoná-lo. Encontramos distintas nuances deste debate em Adam Kuper (2002), Geertz (1999) e Sahlins (1997), entre outros.
- <sup>21</sup> Em setembro de 2006, em debates no NACi, abordamos a possibilidade de a televisão estar invisível no trabalho de campo. O núcleo reúne diferentes pesquisadores, e entre as temáticas de pesquisa estão as migrações contemporâneas. Na ocasião, Pilar Uriarte, Daniel Etcheverry e Fanny Longa destacaram a possibilidade de a televisão ser utilizada pelo imigrante como uma primeira forma de contato com a cultura local e talvez constitua uma “entrada” importante no processo de sociabilidade no país de destino.

Recebido em: 09/06/2008

Aceite em: 09/08/2008